
ERIK OLIN WRIGHT

Universidade de Wisconsin

Madison

Um menu conceptual para o estudo das conexões entre a classe e a diferença sexual*

5

Um dos temas centrais dos debates feministas em torno do legado marxista tem sido a crítica daquilo que por vezes se designa por «primado da classe», ou seja, da tese segundo a qual a classe é o factor determinante fundamental dos fenómenos exteriores à classe, incluindo as relações atinentes à diferença sexual. Esta batalha foi ganha pelas feministas, de tal modo que poucos serão os estudio-

sos marxistas a defender, hoje, a ideia de que a classe é, universalmente, a causa primeira da diferenciação sexual. O facto de se rejeitar o primado da classe não implica, contudo, que as relações de classe não tenham qualquer impacto nas relações atinentes à diferença sexual (e, inversamente, que estas não tenham qualquer impacto nas relações de classe).

NO presente artigo é meu objectivo lançar as bases para esta tarefa, começando por elaborar um menu conceptual das diversas formas como os factores classe e diferenciação sexual podem interligar-se. Embora não constituindo propriamente, por si só, uma teoria das classes e da diferença sexual, a abordagem que proponho poderá ajudar, no entanto — pelo menos assim o espero — a clarificar a agenda necessária à construção de uma tal teoria. Em concreto, proponho-me explorar cinco formas diferentes de conexão entre os factores classe e diferença sexual:

1. A diferença sexual como forma de relação de classe; 2. A acção recíproca exercida pelas relações atinentes à diferença sexual e às relações de classe; 3. A diferença sexual

Introdução

* Comunicação apresentada ao Congresso Internacional sobre a Análise das Classes, realizado na Australian National University de 1 a 3 de Agosto de 1997. O texto baseia-se em grande parte em dois meus trabalhos anteriores: «Explanation and Emancipation in Marxism and Feminism», que é o capítulo 10 do livro *Interrogating Inequality* (Londres, Verso, 1993), e «Conceptualizing Interaction of Class and Gender», capítulo 9 de *Class Counts* (Cambridge, Cambridge University Press, 1997).

como mecanismo de classificação ou escalonamento segundo as várias posições de classe; 4. A diferença sexual como ligação mediada com as posições de classe; 5. A classe e a diferença sexual enquanto processos causais a um tempo independentes e de acção recíproca, passíveis de determinar resultados sociais variados.

Tanto o marxismo como o feminismo são tradições teóricas emancipatórias. Ambos identificam e procuram entender formas específicas de opressão existentes no mundo actual — a opressão gerada pela diferença sexual, e exercida muito particularmente sobre as mulheres, no caso do feminismo; e a opressão de classe, particularmente exercida sobre os trabalhadores e trabalhadoras, no caso do marxismo¹. Ambas as tradições teóricas exploram as consequências da opressão de que cada uma se ocupa tendo em vista outros fenómenos sociais, e ambas procuram compreender quais as condições que contribuem para a reprodução da opressão em causa. Ambas acreditam que essas formas de opressão não só devem como podem ser eliminadas. Ambas encaram o combate activo levado a cabo pelos grupos oprimidos que constituem o cerne das respectivas teorias, como parte essencial do processo através do qual essa opressão se vai transformando: as lutas das mulheres são cruciais para a transformação da opressão gerada pela diferença sexual, e as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores são cruciais para a transformação da opressão de classe. Finalmente, os intelectuais que trabalham com cada uma destas duas tradi-

¹ Pode ser controverso caracterizar-se o feminismo como sendo uma tradição emancipatória dirigida contra a opressão da *diferença sexual* e não contra a opressão das *mulheres*. É certo que, até muito recentemente, as feministas não integraram de forma explícita aquilo que consideram ser a opressão das mulheres numa teoria das relações atinentes à diferença sexual, conferindo assim à sua luta o carácter de um combate estritamente contra a opressão das mulheres enquanto tais. Muitas feministas contemporâneas, porém, vêem nas ramificações da dominação masculina considerada no contexto das relações atinentes à diferença sexual algo de mais vasto do que a mera dominação e opressão das mulheres pelos homens. Em todo o caso, ao longo da presente discussão sobre o feminismo, é à dominação e à opressão das *mulheres* no contexto das relações atinentes à diferença sexual que me irei referir. Tal não significa que as mulheres sejam a única categoria de pessoas a serem oprimidas pelas formas vigentes das relações atinentes à diferença sexual. Os homossexuais do sexo masculino, por exemplo, são igualmente vítimas dessa opressão; e embora arriscando uma afirmação bastante mais complexa (e controversa), acrescentarei ainda que acho que muitos homens heterossexuais podem também ser considerados como vítimas de opressão no contexto das actuais relações atinentes à diferença sexual. Para efeito do presente trabalho, contudo, não se justifica aprofundar estas questões.

ções acreditam que a razão principal para se darem ao trabalho de desenvolver toda uma investigação e uma teoria social está em poder contribuir, de alguma maneira, para a concretização dos respectivos projectos emancipatórios.

Tendo em vista o paralelismo destes comprometimentos de ordem moral e intelectual, poder-se-ia pensar que os marxistas e as feministas trabalham em sintonia, na procura da compreensão do modo complexo como classe e diferença sexual interagem entre si. Contudo, e salvo algumas excepções dignas de nota, não tem sido esse o caso. Na verdade, não só não se assistiu a tentativas de articulação estreita entre as análises marxistas das classes e as análises feministas relativas à diferença sexual, como se pode dizer que em grande medida foi das feministas que partiu a questionação mais consistente feita nos últimos anos à análise das classes enquanto eixo central de uma teoria social crítica. As feministas argumentaram que os estudiosos da classe, com destaque para os da tradição marxista, partem sempre do pressuposto de que, de um modo geral, a classe constitui uma dimensão da estrutura social que é «mais importante» ou «mais fundamental» do que a diferença sexual². Mesmo nos casos em que os marxistas não defendem abertamente tais afirmações, a verdade é que a relativa desatenção prestada à diferença sexual na tradição marxista foi muitas vezes tomada pelas comentadoras feministas como um denegrir efectivo da ideia da diferença sexual enquanto factor causal significativo. A consequência foi que a maior parte das feministas se distanciou da análise das classes.

Estas críticas tinham alguma força quando a maioria dos estudiosos marxistas das classes aceitavam as ideias teóricas centrais do materialismo histórico clássico. Dentro do materialismo histórico, era de facto a classe, e não a diferença sexual, que estava no centro dos processos dinâmicos que conferiam à história uma trajectória de desenvolvimento perceptível. Não obstante a centralidade do factor classe na explicação das trajectórias históricas de grande escala de uma dada sociedade não implicar logicamente qualquer tipo de primado explicativo relativamente à diferença sexual, verificou-se no entanto, da parte de muitos autores marxistas, uma tendência no sentido de deixar que esta dinâmica do pri-

² A ideia de que, no interior de um sistema multicausal, um dos factores é «mais importante» do que outro, é uma ideia extremamente ambígua e muito difícil de precisar com exactidão. Para uma discussão mais alargada do problema do primado causal, ver Wright *et al.*, 1993, capítulo 7.

mado extravazasse para um primado explicativo de tipo mais difuso. As feministas interessadas em compreender a opressão decorrente da diferença sexual e as respectivas condições de transformação sentiram, por isso, justificadas desconfianças relativamente à análise marxista das classes.

Mas os tempos são, agora, outros. Já são relativamente poucos os estudiosos das classes, mesmo entre aqueles que ainda se identificam explicitamente com a tradição marxista, que se guiam rigidamente pelos princípios do materialismo histórico clássico. Praticamente ninguém defende já as versões funcionalistas fortes da imagem da sociedade baseada na dicotomia base-superestrutura, mesmo no que se refere à tarefa específica de explicar as trajectórias históricas das estruturas económicas. E se é certo que a maior parte dos marxistas continua a considerar que a classe é central para a dinâmica do capitalismo, poucos são os que lhe atribuem um primado trans-histórico na explicação das mudanças históricas. Assim, sendo embora verdade que na generalidade os marxistas tentam efectivamente integrar a análise das classes num contexto histórico, normalmente isso tem, quando muito, uma relação ténue com uma teoria materialista da trajectória global da história da humanidade. Na prática, então, o que se verifica é que ser «histórico» passou a significar, de um modo geral, «ser historicamente concreto», e não tanto «estar metido numa teoria *da* história»³. A análise marxista das classes encontra-se, assim, de uma maneira geral mais próxima daquilo a que com alguma liberdade se pode chamar «materialismo sociológico», ou seja, um quadro analítico em que a classe — em virtude da sua ligação à exploração e ao controlo dos recursos económicos — assume uma importância presuntiva para um vasto leque de problemas sociais, sem no entanto ser sempre considerada como o factor determinante mais importante. Em consequência desta evolução, a discussão em torno daquilo a que outrora se chamou «reduccionismo das classes» ou «determinismo económico» concheceu um apagamento considerável nos últimos anos.

Se aceitarmos este modo de entender o projecto explicativo da análise das classes, a tarefa central para uma reconciliação do marxismo e do feminismo residirá, então, em tomar a classe e a diferença sexual como processos causais e em classificar ou escalonar as várias formas da sua interacção

³ Para uma discussão da passagem do materialismo histórico para o materialismo sociológico, ver Wright *et al.*, 1993, capítulo 5.

recíproca com vista a chegar a *explananda* específicos. O factor classe poderá, efectivamente, vir a revelar-se como «mais importante» do que a diferença sexual no respeitante a certos problemas, mas de igual modo a diferença sexual poderá, noutros casos, assumir uma importância superior à da classe. Os eventuais progressos a registar, tanto na análise da diferença sexual feita com base na classe como na análise das classes baseada na diferença sexual, dependem de uma investigação que torne possível a clarificação destas interacções.

Como tarefa preliminar para toda a investigação empírica respeitante às classes e à diferença sexual, será útil traçar um menu conceptual dos diferentes modos como ambos os factores se podem interligar. A lista aqui apresentada não pretende ser exaustiva, nem tampouco constitui uma *teoria* das classes e da diferença sexual. Trata-se, antes de mais, de uma agenda de questões que se impõe levar em consideração no quadro da investigação empírica e da elaboração teórica.

1. A diferença sexual como forma das relações de classe.

Apesar de os conceitos de classe e de diferença sexual serem distintos do ponto de vista analítico, existem situações empíricas em que as relações atinentes à diferença sexual são, elas próprias, uma forma de relação de classe (ou — o que vem a ser a mesma coisa — situações em que as relações de classe são directamente organizadas em função das relações decorrentes da diferença sexual). No seu clássico ensaio sobre a família e a propriedade privada, Friedrich Engels formula da seguinte maneira a relação existente entre classe e diferença sexual nas civilizações primitivas: «O primeiro antagonismo de classes que apareceu na História coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.» (Engels, 1980).

Gerda Lerner desenvolve uma argumentação bastante diferente a propósito da confluência entre classe e diferença sexual nas civilizações primitivas (Lerner, 1986). Defende esta autora que uma das primeiras formas de dominação masculina consistiu no facto de as mulheres serem *propriedade* efectiva dos homens, que por esse mesmo motivo se apropriavam também da mais-valia por elas produzida. A forma mais importante assumida por essa mais-valia era atra-

vés do gerar de novas pessoas, ou seja, de crianças, recurso considerado valiosíssimo nas civilizações agrárias primitivas. O controlo da capacidade das mulheres para produzirem mais força de trabalho constituía, deste modo, a forma fulcral das relações de propriedade. Se esta interpretação está correcta, então a situação descrita configura uma forma específica de escravatura baseada no sexo da pessoa, onde a diferença sexual e a classe se fundem numa relação única⁴.

2. *Da capacidade das relações atinentes à diferença sexual para causarem impacto sobre as relações de classe, e da capacidade das relações de classe para causarem impacto sobre as relações atinentes à diferença sexual.* Certos tipos de posição de classe só podem existir devido à presença de certas formas concretas de relações atinentes à diferença sexual. Exemplo clássico é o do trabalho doméstico: as relações atinentes à diferença sexual são fundamentais à própria existência de trabalhos como as tarefas desempenhadas pelas criadas e os serviços relacionados com o tratar das crianças (Glenn, 1992). O que se passa não é apenas que a diferença sexual encaminha as pessoas para estes empregos, pois que se as relações atinentes à diferença sexual fossem de um tipo mais marcadamente igualitário, tais empregos poderiam nem sequer existir. A circunstância de, no século XIX, haver nas quintas da Nova Inglaterra raparigas solteiras que não eram necessárias na lavoura e que não se encontravam em posição de herdar directamente a quinta foi muito importante para o desenvolvimento da indústria têxtil e para o surgimento concomitante do primeiro operariado industrial. Em muitos lugares do terceiro mundo, a diferença sexual desempenha um papel fulcral na manutenção de uma oferta de mão-de-obra barata e vulnerável, utilizada nas mais diversas áreas da indústria manufactureira. Do que se trata, novamente, não é apenas do facto de a diferença sexual distribuir as pessoas por um conjunto de posições de classe criadas independentemente; o que sucede é ainda que a estrutura das relações atinentes à diferença sexual ajuda a explicar a razão pela qual existem ocupações com características específicas.

⁴ Isto seria completamente verdadeiro apenas se todas as mulheres fossem escravas, o que não parece ser o caso nos exemplos históricos referidos por Gerda Lerner. A distopia retratada por Margaret Atwood em *A Handmaid's Tale* (1987) aproxima-se mais de uma sociedade dentro da qual a classe e a diferença sexual se misturam numa relação única.

Da mesma maneira, as relações de classe podem ter impacto na diferença sexual. As exigências físicas inerentes a muitos empregos a cargo do operariado industrial, ou dos chamados trabalhadores manuais, valorizam a robustez e uma postura exterior dura, o que por sua vez pode contribuir para reforçar uma cultura machista entre o operariado masculino. As exigências e a fortíssima pressão competitiva a que estão sujeitas as carreiras de muitos quadros dirigentes e das profissões liberais ajudam a reforçar, ao nível doméstico, um tipo específico de relações decorrentes da diferença sexual, em que as donas de casa se disponibilizam para tratar dos assuntos pessoais dos maridos. Como dizem muitas vezes em tom de piada as mulheres que têm esse tipo de carreiras, do que elas precisam é de uma esposa.

Uma das maneiras mais importantes como as relações de classe e as relações atinentes à diferença sexual se modelaram reciprocamente prende-se com o problema do «salário familiar». Segundo Johanna Brenner e Maria Ramas, as restrições de ordem material que caracterizavam a vida do operariado do século XIX foram uma força de importância primordial para o desenvolvimento da própria forma da família operária e, consequentemente, das relações decorrentes da diferença sexual (Brenner e Ramas, 1984). A elevada taxa de mortalidade infantil, associada à necessidade de uma taxa elevada de natalidade entre os operários (já que ter filhos que sobrevivessem até à idade adulta constituía uma segurança para a velhice dos pais), faziam com que fosse do próprio interesse das famílias do operariado que a mulher permanecesse em casa, cabendo ao marido integrar-se na força de trabalho assalariada. Tal não foi, todavia, viável até ter sido instituído o «salário familiar». Por seu turno, o salário familiar transformou-se, desta maneira, numa poderosa força material que levou a que as mulheres fossem mantidas em casa e a que se agravassem as diferenças de salário entre os dois sexos. Por sua vez ainda, estes diferenciais de salário devidos à diferença sexual fizeram com que passasse a parecer racional as famílias orientarem as suas estratégias económicas em função dos interesses de classe e do emprego do «ganha-pão de calças», marginalizando assim ainda mais o trabalho assalariado realizado pelas mulheres. Só nas últimas décadas, com a descida do salário familiar auferido pelo homem da casa, é que este sistema começou a apresentar desgaste⁵.

⁵ A explicação do salário familiar conheceu uma discussão muito viva (ver,

Certas relações específicas de classe podem também facilitar a transformação, em direcções mais igualitárias, das relações atinentes à diferença sexual. Enquanto professor, ocupo uma posição de classe bastante privilegiada, na qualidade de «especialista» relativamente abastado e dotado de um alto nível de controlo sobre o meu próprio trabalho. De particular importância para muitos professores é o facto de o trabalho docente permitir um forte controlo sobre os horários e a gestão do tempo em geral. Os professores podem trabalhar uma grande quantidade de horas por semana, mas por outro lado dispõem muitas vezes de um considerável poder de decisão relativamente ao onde e quando é que cumprem as horas de trabalho. Além disso, já beneficiei por diversas vezes de bolsas que me permitem comprar, por assim dizer, o privilégio de não dar aulas, e dispor, por isso, de uma flexibilidade ainda maior para organizar o meu tempo. Esta circunstância possibilitou-me desempenhar, dentro da família, um papel importante em todos os aspectos relacionados com a educação dos meus filhos desde a mais tenra idade. Ela modificou também o espaço em que as lutas pela divisão do trabalho doméstico desde sempre se travaram. O resultado traduz-se numa divisão relativamente igualitária do trabalho na maioria das tarefas domésticas. Isto não significa — longe disso — que o factor classe determina a divisão do trabalho baseada na diferença sexual. A investigação por mim efectuada acerca do trabalho doméstico demonstra que a posição de classe não tem, nos agregados familiares, um impacto global muito forte na divisão do trabalho baseada na diferença sexual. Não obstante isto, as propriedades específicas das diferentes posições de classe transformam as *limitações* dentro das quais as pessoas nas suas vidas lutam pelas relações atinentes à diferença sexual, facto que, em determinadas condições, permite que se forjem relações mais igualitárias.

por exemplo, Barrett, 1984; Hartmann, 1979; Humphries, 1977; e Lewis, 1985). Contrariamente ao defendido por Brenner e Ramas, no sentido de que o salário familiar correspondia aos interesses tanto dos trabalhadores como das trabalhadoras, muitas feministas defendem que ele deve ser encarado, antes de mais, como uma vitória dos homens sobre as mulheres, reflectindo os interesses estratégicos dos homens em manter as mulheres no lugar delas. Atendendo a que à luta pelo salário familiar terão estado subjacentes os interesses dos homens tal como decorrem da sua específica diferença sexual, estaríamos aqui, então, em presença de um outro exemplo do modo como as relações atinentes à diferença sexual modelam a estrutura das classes. Seja como for, a partir do momento em que o salário familiar se firma como característica específica das relações de classe, ele passa a ser uma importante condição material de limitação às transformações ocorridas nas relações respeitantes à diferença sexual.

3. *A diferença sexual como mecanismo de classificação ou escalonamento segundo as várias posições de classe*⁶. O modo como a diferença sexual encaminha as pessoas para certas posições de classe constitui provavelmente o aspecto mais óbvio da interligação existente entre os factores classe e diferença sexual. Não é necessário proceder a uma investigação muito aturada para observar que os homens e as mulheres se encontram distribuídos de forma muito diferente no que se refere à ocupação e à classe. E a maior parte das pessoas explicará estas diferenças, de uma forma ou de outra, em função da diferença sexual. Mas o que já é muito menos óbvio é saber quais os mecanismos associados à diferença sexual que aqui entram em jogo. Actualmente são poucos os cientistas sociais que acreditam que as diferenças biológicas entre homens e mulheres constituem a causa primeira da segregação pelo sexo no que se refere ao emprego, contudo essa perspectiva ainda é corrente entre as pessoas comuns. Na procura de explicações para a desigualdade na distribuição por classe e ocupação, os debates travados no âmbito das ciências sociais a propósito destas questões costumam dar especial destaque a dois tipos de factores ligados às relações atinentes à diferença sexual: (1) processos de socialização baseados na diferença sexual que moldam as aspirações e as capacidades específicas tanto dos homens como das mulheres, afectando assim os tipos de emprego a que umas e outros acabam por ter acesso; (2) formas várias de desigualdade, de dominação e de discriminação que, se não afectam directamente o acesso de homens e mulheres a vários tipos de emprego, fazem-no indirectamente a partir do momento em que afectam a necessária aquisição, por uns e outras, dos

⁶ Também é possível conceptualizar a relação causal complementar desta — ou seja, a classe como mecanismo de classificação das pessoas de acordo com as respectivas «posições no que se refere à diferença sexual». À primeira vista isto pode parecer uma afirmação bizarra, uma vez que temos tendência para pensar que as categorias atinentes à diferença sexual são dicotómicas, polarizadas, e isomórficas relativamente às categorias sexuais — masculino/feminino. Esta imagem reflecte a tendência da maior parte das pessoas (incluindo a maioria dos sociólogos) no sentido de identificar as categorias relativas à diferença sexual com as categorias respeitantes ao sexo propriamente dito, apesar do reconhecimento formal de que a diferença sexual constitui uma categoria social e não biológica. Mas uma vez que abandonemos a especificação biológica em favor da ideia de *relações* baseadas na diferença ou diferenciação sexual, tornar-se-á então claro que tanto os homens como as mulheres podem ocupar as mais variadas posições no que concerne à diferença sexual, podendo o factor classe ter influência sobre qual o lugar a que as pessoas acabam por se ver remetidas no âmbito dessas relações.

recursos relevantes. Como as feministas já salientaram muitas vezes, as desigualdades na divisão sexual do trabalho dentro do agregado familiar restringem as estratégias de muitas mulheres no tocante ao mercado de trabalho, limitando por conseguinte também os tipos de emprego para os quais poderão, realisticamente, competir. A discriminação existente nos mercados de crédito bancário pode fazer com que para as mulheres se torne mais difícil tornarem-se capitalistas. A tradicional discriminação exercida ao nível das admissões nalguns tipos de escolas profissionais fizeram ainda com que as mulheres tivessem mais dificuldades em adquirir as credenciais necessárias a ocupar os lugares de especialidade dentro de certas estruturas de classe. O trabalho de investigação que realizei de parceria com Janeen Baxter, sobre a questão do fosso de autoridade que separa os dois sexos, revelou que a discriminação baseada na diferença sexual, no que se refere a promoções dentro de hierarquias de autoridade, afecta de uma maneira directa as probabilidades que as mulheres têm de vir a ocupar lugares de direcção. Em cada um dos exemplos referidos, a probabilidade de homens e mulheres ocuparem determinados tipos de posição de classe é afectada pela distribuição do poder e dos recursos no interior das relações atinentes à diferença sexual.

4. *A diferença sexual como ligação mediada com a posição de classe.* Todo o indivíduo está ligado às estruturas de classe através de uma diversidade de relações exteriores à sua posição directa nas relações sociais de produção. A posição de classe das crianças resulta das relações sociais vigentes no seio das famílias: essas relações ligam as crianças à classe a que pertencem os pais, e não aos «empregos» delas. As relações atinentes à diferença sexual constituem uma das formas fulcrais como essas «ligações mediadas» com a estrutura das classes se encontram organizadas, muito particularmente através do casamento. Assim, uma das vias pelas quais a classe e a diferença sexual se interligam reside na maneira como as relações atinentes à diferença sexual dentro da família e das redes de parentesco ligam as pessoas a diferentes posições dentro da estrutura das classes. Estas posições de classe assim mediadas afectam os interesses de mulheres e homens considerados da perspectiva da diferença sexual — interesses resultantes da posição que ocupam no quadro das relações específicas em que vivem —, assim como os respectivos interesses de classe.

5. *A interação dos factores classe e diferença sexual como causa determinante de certos efeitos e resultados.* A diferença sexual e a classe interligam-se não só através das diferentes maneiras como se afectam mutuamente, mas também através dos efeitos que exercem sobre um leque muito vasto de fenómenos sociais. Assumem particular interesse aquelas situações em que a classe e a diferença sexual têm efeitos de interação, uma vez que a presença destes indica que, longe de funcionarem simplesmente como mecanismos independentes, os processos causais representados pelos conceitos de «classe» e de «diferença sexual» estão entrelaçados.

Uma das maneiras de representar formalmente a interação existente entre a classe e a diferença sexual será uma equação simples, do tipo das que se usam na análise de regressão multivariada. Imaginemos que estávamos a estudar os efeitos que a classe e a diferença sexual exercem sobre o grau de consciência política. A interação verificada entre a classe e a diferença sexual poderia, então, ser representada pela seguinte equação:

$$\text{Consciência} = a + B1 (\text{Classe}) + B2 (\text{Diferença sexual}) + B3 (\text{Classe} \times \text{Diferença sexual})$$

Os coeficientes B1, B2 e B3 indicam alguma coisa acerca da magnitude dos efeitos que cada um dos termos da equação tem sobre a consciência. O termo referente à interação, B3, indica em que medida os efeitos da classe variam segundo a diferença sexual ou, de forma equivalente, em que medida os efeitos da diferença sexual variam por classe. A título de exemplo, poderíamos pensar numa situação em que a diferença ideológica entre capitalistas e operários fosse maior entre os homens do que entre as mulheres.

Num modelo deste tipo, poderia vir a verificar-se que os termos aditivos eram desprezáveis (ou seja, B1 e B2 seriam iguais a zero). Tal significaria que tanto a classe como a diferença sexual só exercem efeitos sobre esta variável dependente quando se encontram combinadas de uma determinada maneira. Seria o caso, por exemplo, se os capitalistas de ambos os sexos e os operários do sexo masculino apresentassem atitudes indiferenciadas, mas fossem significativamente diferentes as das operárias. Numa tal situação, as duas variáveis independentes da nossa equação — a classe e a diferença sexual — poderiam, na prática, ser substituídas por uma variável única, com o valor de 1 para as operárias e 0 para os restantes. Os efeitos da classe e da diferença

sexual funcionariam, assim, como o hidrogénio e o oxigénio na água. Quando se dá às plantas uma quantidade variável de água, não se verifica qualquer «efeito aditivo» da quantidade de hidrogénio e da quantidade de oxigénio no crescimento da planta; os efeitos verificados devem ser atribuídos por inteiro à quantidade desse composto em «interacção» que é o H₂O. Se os factores classe e diferença sexual se comportassem desta maneira, talvez fosse útil, nesse caso, introduzir um novo conceito, o de «clexo» (= classe + sexo)⁷, para designar o termo da interacção em si. Contudo, de uma maneira geral a afirmação de que a classe e a diferença sexual «interagem» entre si no sentido de gerar efeitos, não implica que não ocorram efeitos aditivos. Isto quer dizer que algo do que a diferença sexual contém de consequente se dá independentemente do factor classe, e que algo do que a classe contém de consequente se dá independentemente da diferença sexual. Será, pois, tarefa da análise das classes discernir e traçar estes diferentes tipos de efeitos.

O projecto da análise comparativa das classes revelou ser uma via fecunda para explorar a grande maioria dessas maneiras diversas como a classe e a diferença sexual se interligam. Segue-se um breve resumo de algumas das conclusões mais interessantes dessa investigação⁷.

Os efeitos das relações de classe sobre as relações atinentes à diferença sexual. Uma das previsões mais famosas do marxismo clássico acerca dos efeitos da classe sobre a diferença sexual pertence a Friedrich Engels, para quem, com o advento do agregado familiar completamente proletariado, a dominação masculina haveria de desaparecer. Se, como acreditava este autor, a circunstância de se deter propriedade constituía o fundamento material para a dominação masculina, então, a longo prazo, a condição de privação de propriedade haveria de conduzir a uma maior igualdade no respeitante à diferença sexual. Com o objectivo de explorar este raciocínio, bem como outras hipóteses relacionadas com os efeitos do factor classe sobre a diferença sexual, levei a efeito um estudo das variações na proporção do trabalho doméstico feito por homens em agregados com diferentes

⁷ «clender» (i.e., «class + gender») no original. [N.T.]

⁷ Para uma descrição pormenorizada de cada um destes estudos, ver Wright, 1997.

composições de classe. Os resultados são notáveis: tanto nos Estados Unidos como na Suécia, parece que o factor classe não tem quase efeito nenhum no nível de desigualdade verificado no trabalho doméstico. Este resultado confirma a ideia genérica segundo a qual a classe e a diferença sexual constituem processos causais distintos: as variações registadas no factor classe não explicam as variações neste aspecto específico da diferença sexual.

A diferença sexual como mecanismo de classificação das pessoas segundo a posição de classe. O estudo que fiz sobre o papel desempenhado pela diferença sexual na distribuição das pessoas segundo as posições de classe contemplou dois contextos: a mobilidade de classe intergeracional, e o fosso que separa os dois sexos no que concerne ao exercício da autoridade. Na investigação acerca da mobilidade levada a cabo com Mark Western, a conclusão mais interessante a que chegámos foi que a mobilidade intergeracional das mulheres entre os dois lados da fronteira relativa à posse ou não de propriedade era significativamente maior do que a dos homens. Uma explicação possível para o facto é que o casamento constitui, para as mulheres, uma via mais poderosa de mobilidade entre o ser e o não ser proprietário do que para os homens.

Na investigação sobre o fosso que separa os dois sexos no que concerne ao exercício da autoridade, trabalho desenvolvido em co-autoria com Janeen Baxter, três resultados assumem especial destaque. Primeiro, na totalidade dos sete países sobre os quais nos debruçámos — Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Austrália, Suécia, Noruega e Japão — verificou-se um fosso de autoridade significativo decorrente da diferença sexual, mesmo controlando estatisticamente todo um conjunto de atributos pessoais e de características relacionadas com o emprego. A diferença sexual afecta de forma muito clara as maneiras como as pessoas se distribuem pelas posições de autoridade. Segundo, encontraram-se vestígios muito reduzidos daquilo que é comumente chamado tecto de vidro («glass ceiling»), ou seja, da ideia segundo a qual a discriminação contra as mulheres se concentra mais no topo das hierarquias. Dentro dos limites dos nossos dados, pelo menos, o fosso de autoridade atribuível à diferença sexual parece ter a mesma dimensão na base das hierarquias e nos níveis superiores. Terceiro, verificou-se, de país para país, uma variação considerável na magnitude do

fosso relativo à autoridade: esse fosso é significativamente mais pequeno nos países de língua inglesa do que nos dois países escandinavos analisados na nossa amostra, e significativamente maior no Japão do que em qualquer outro país. O efeito da diferença sexual na distribuição das pessoas pelas várias posições de classe constitui, assim, não uma característica constante, mas antes uma característica variável das sociedades capitalistas desenvolvidas. Consideramos que tais variações resultam, pelo menos em parte, das diferenças que os efeitos do movimento das mulheres tiveram, por um lado nos países democráticos de cariz liberal, onde a tónica é posta na igualdade de direitos, e por outro lado nos países social-democratas, onde a tónica recai na oferta desmercadorizada de determinados serviços.

Posições de classe mediadas. O conceito de posições de classe mediadas marca presença nas discussões sobre como conceptualizar a posição de classe das mulheres casadas. De acordo com uma escola de pensamento, todos os membros de um determinado agregado ocupam necessariamente a mesma posição de classe identificável com o «chefe do agregado» — ou seja, normalmente o homem que ganha o sustento da casa. Por esta ordem de ideias, a posição de classe das mulheres casadas advém-lhes, portanto, dos maridos, independentemente do facto de elas próprias integrarem ou não a força de trabalho assalariado. Em contraste com esta perspectiva, o conceito de posições de classe mediadas sustenta que, nos casos em que ambos os membros do casal auferem um vencimento, tanto o marido como a mulher têm uma posição de classe directa e outra mediada: uma posição de classe directa, baseada nos respectivos empregos remunerados; e uma posição de classe mediada, baseada nas relações atinentes ao género sexual no interior da família. Se esta constitui uma forma correcta de conceptualizar a posição de classe, torna-se, então, possível identificar separadamente os efeitos que estas duas dimensões têm em vários aspectos da vida das pessoas. Para o fazer, procedi à análise, nos Estados Unidos e na Suécia, dos efeitos que as posições de classe directas e mediadas têm sobre a identidade de classe de maridos e mulheres pertencentes a agregados de dupla fonte de rendimento. Os resultados foram surpreendentes. Na Suécia — mas não nos Estados Unidos — a identidade de classe de mulheres e maridos era afectada tanto pela sua posição de classe directa como pelas suas posições de classe

mediadas. Dito de outro modo, a probabilidade de ter uma identidade de classe operária dependia, quer da natureza de classe dos respectivos empregos (a sua classe directa), quer da natureza de classe da classe a que pertencia o cônjuge (a sua posição de classe mediada). Nos Estados Unidos, pelo contrário, apenas a classe do marido apresentava uma relação sistemática com a identidade de classe. Tal facto é de molde a sugerir que a importância causal relativa das posições de classe directa e mediada para certos resultados particulares — no caso vertente, para a identidade de classe — é, ela própria, variável. No caso específico desta comparação, a interpretação a que cheguei foi que o contraste entre a Suécia e os Estados Unidos espelha os modos diferentes como se forjam as identidades de classe em cada um desses países: nos Estados Unidos as identidades de classe centram-se de forma muito mais forte na esfera do consumo, enquanto na Suécia as identidades de classe se formam igualmente no interior da esfera da produção. Um processo de formação de identidade de classe centrado no consumo traduzir-se-á num impacto mais significativo da classe do marido e da identidade de classe de maridos e mulheres, ao passo que um processo centrado na produção abrirá mais espaço para que a natureza de classe dos empregos das mulheres tenha um impacto independente nas identidades destas.

A interação causal dos factores classe e diferença sexual. Muitos dos estudos específicos efectuados no âmbito do projecto da análise das classes exploram as interações causais da classe e da diferença sexual sob várias formas. O estudo das posições de classe mediadas é um exemplo desse tipo de investigação: os efeitos que a circunstância de se pertencer a um agregado com uma composição de classe específica tem sobre a consciência, são diferentes para os homens e para as mulheres. Nas análises mais amplas sobre a consciência de classe, a conclusão geral mais importante foi a de que, uma vez controlado todo um vasto leque de factores relacionados com a classe, a diferença sexual em si tem um efeito aditivo muito pequeno sobre a consciência de classe, independentemente da forma como a consciência é medida. Houve, contudo, uma análise em que encontrei um padrão de interações entre classe, diferença sexual e raça que considero particularmente interessante para a previsão de valores à escala de uma atitude anticapitalista: entre os americanos negros pertencentes à classe operária ou à

«classe média» (entendida num sentido amplo), não se observaram, nesta escala, diferenças atribuíveis à diferença sexual; contrastando com esta situação, entre os americanos brancos verificaram-se diferenças significativas nas atitudes dos homens e das mulheres da classe média, mas não entre o operariado. Os homens brancos da classe média eram notoriamente mais pró-capitalistas do que as mulheres brancas da classe média, mas os homens brancos da classe operária não faziam qualquer diferença das mulheres brancas desta classe. A meu ver, isto é resultado do facto de, comparativamente com as mulheres, os homens brancos da classe média se encontrarem mais concentrados nas «posições de classe contraditórias» — e mais privilegiadas — de que a classe média é composta.

Conclusão

O problema central de uma teoria social emancipatória seja de que tipo for, consiste em identificar as formas de opressão existentes na sociedade e em procurar compreender as condições necessárias à sua transformação. As condições de opressão decorrentes da classe e da diferença sexual continuam a ser duas das vertentes mais importantes desses esforços teóricos: a classe, por causa da centralidade que assume no problema da exploração económica; e a diferenciação sexual, por causa da centralidade que assume na questão da subordinação das mulheres. O marxismo e o feminismo são as duas tradições teóricas que mais atenção têm dedicado à tentativa de compreensão destas formas de opressão. No passado dispendeu-se muita energia teórica em debates de carácter metateórico sobre se se deveria conferir uma prioridade geral a um ou a outro destes feixes de processos causais. Uma das conquistas do progresso teórico destes últimos anos consistiu em superar essas preocupações. Não pretendo com isto dizer que nos deixemos cair na salganhada pós-modernista onde tudo é causa de tudo (ou nada é causa de nada). A rejeição de uma metateoria grave e sonante significa tão somente que a importância causal relativa dos factores classe e diferença sexual depende dos *explananda* específicos aqui em discussão. A agenda que temos pela frente, para já, consiste em prosseguir a custosa e complicada tarefa de examinar empiricamente os modos como a classe e o género se intersectam ao longo de um vasto espectro de questões de ordem social. ■

Referências Bibliográficas

- Atwood, Margaret 1987 *A Handmaid's Tale*. Nova Iorque: Ballantine Books. (Tradução portuguesa: *Crónica de Uma Serva*, tradução de A. Martins Lopes. Mem Martins: Europa-América 1985)
- Barrett, Michele 1984 «Rethinking Women's Oppression: a Reply to Brenner and Ramas», *New Left Review* 146, 123-28.
- Brenner, Johanna; Ramas, Maria 1984 «Rethinking Women's Oppression», *New Left Review* 144, 33-71.
- Engels, Friedrich 1980 [1884] *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 4ª edição. Tradução de H. Chaves.
- Glenn, Evelyn Nakano 1992 «From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Work», *Signs* 18:11, 1-43.
- Hartmann, Heidi 1979 «Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex», in Zillah Eisenstein (ed), *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. Nova Iorque: MR Press, 206-47.
- Humphries, Jane 1977 «Class Struggle and the Persistence of the Working Class Family», *Cambridge Journal of Economics* 1:3, 241-58.
- Lerner, Gerda 1986 *The Creation of Patriarchy*. Nova Iorque: Basic Books.
- Lewis, Jane 1985 «The Debate on Sex and Class», *New Left Review* 149, 108-20.
- Wright, Erik Olin 1997 *Class Counts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, Erik Olin; Levine, Andrew; Sober, Elliot 1993 *Reconstructing Marxism*. Londres: Verso.